



FACULDADES INTEGRADAS “RUI BARBOSA” - FIRB

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO PARCIAL Nº 02 DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

(2015 – 2017)

ANDRADINA 30 DE MARÇO DE 2017

SUMÁRIO	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	4
1.INTRODUÇÃO - conceito de avaliação institucional	7
2. METODOLOGIA – Planejamento e execução do processo de auto avaliação das FIRB em 2015	16
2. 1 - Reestruturação da CPA 2015/2017	16
2. 2 - O planejamento estratégico da autoavaliação	20
2. 3 – Atividades da CPA	23
3. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES - Quais foram os resultados encontrados/ produzidos pela CPA em 2016 em cada eixo de avaliação institucional?	24
Eixo 1: Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação Institucional	24
Cursos de graduação: o que nos dizem os avaliadores externos (visitas in loco)?	25
Análise dos resultados do Enade 2015	18
Censo da Educação Superior 2015	30
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	32
Dimensão 1 - Políticas de inclusão na educação superior: ações nas FIRB	34
Dimensão 3 -Responsabilidade Social das FIRB e a relação com a comunidade	36
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	39
Dimensão 2 - Políticas para o ensino	40
Políticas para a Pesquisa	41
Políticas para extensão	43
Dimensão 4 - Projetos de inovação e metodologia de ensino	51

Dimensão 9 - Política de atendimento aos discentes	52
Eixo 4: Políticas de Gestão	56
Dimensão 5 - Políticas de pessoal	57
Dimensão 6 - Organização e gestão da instituição	57
Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira: significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	58
Eixo 5: Infraestrutura Física Dimensão 7 - Infraestrutura Física	58
4. AÇÕES PREVISTAS COM BASE NA ANÁLISE DOS DADOS	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
Este relatório será inserido no sistema até 31 de março de 2017	

APRESENTAÇÃO:

O processo de autoavaliação institucional, a partir de 2015 atende, mais uma norma legal: à Nota Técnica 065/2014, diante disto em 2016 estamos no segundo ano de desenvolvimento do 6º processo avaliativo desta IES. Em 31 de março de 2017 será inserido no sistema E-MEC o 2º relatório parcial referente às ações da CPA ocorridas em 2016.

Decidiu-se que neste ano de 2016, a avaliação estaria voltada para as questões pedagógicas, dentro das dimensões do SINAES, com o intuito de construir um processo avaliativo significativo, com diferentes mecanismos de acompanhamento da existência acadêmica e das interfaces do ensino, da pesquisa, da extensão, que compõem a totalidade gestora da instituição.

As FIRB, mais uma vez, se encontram em meio a um processo de transformação significativo, com a ampliação de sua estrutura físico-operacional e acadêmica, considerando que foram criados cinco novos curso no decorrer dos anos de 2012 a 2016, sendo suas práticas acadêmicas, realizadas em laboratórios específicos que foram construídos, equipados e em funcionamento.

O atual cenário é desafiador, mas bastante estimulante, porém, para conseguir atender as demandas institucionais houve a necessidade de reorganizar e planejar o cotidiano de todos que fazem parte desta Instituição de Ensino Superior.

Ao longo deste 2º relatório parcial veremos os avanços já realizados e o que precisamos aprimorar nos aspectos administrativo-pedagógico, especialmente, no avanço da política de captação e manutenção de alunos e da efetivação da melhoria das condições financeiras do aluno para que não abandonem os estudos.

Este relatório parcial foi construído e teve a finalidade de questionar a comunidade acadêmica sobre pontos importantes referentes às questões pedagógicas das FIRB, por meio de uma pesquisa quantitativa e qualitativa com os professores e acadêmicos dessa IES, direcionado para o ensino ofertado pelas FIRB nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e Tecnologia em Agrimensura.

Considerando a autoavaliação como um dos mais importantes e necessários procedimentos na busca da inovação e da excelência institucional, as Faculdades Integradas “Rui Barbosa” – FIRB buscam a qualidade das ações educacionais desenvolvidas junto à comunidade acadêmica e a sociedade em geral, na perspectiva de consolidar as políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Reconhece a necessidade e importância da Avaliação Institucional como elemento de gestão, objetivando, com este Relatório, informar a sociedade sobre o cumprimento de sua missão, bem como oferecer à comunidade interna subsídios para a melhoria da qualidade e o crescimento institucional em todas as áreas de atuação acadêmica, podendo assim, reafirmar sua identidade social.

Ao longo do processo de avaliação procurou-se analisar a qualidade das ações desenvolvidas objetivando compreender o significado que estas ações representam para o crescimento e desenvolvimento da comunidade acadêmica. Alguns resultados são esclarecedores e levam a afirmar que é fundamental o processo de avaliação interna, com a finalidade de fortalecer os serviços educacionais prestados no âmbito institucional, pois este é o caminho para a busca da qualidade.

O presente relatório parcial referente às ações desenvolvidas no ano de 2016 tem por objetivo apresentar os projetos implantados nas FIRB no ano, as ações realizadas, as potencialidades e as fragilidades avaliadas pela CPA. Foram considerados os dados e informações pertinentes aos cinco eixos que contemplam as 10 dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e através da análise dos documentos internos foi possível desenvolver parte do 6º Projeto de autoavaliação institucional referente ao período de 2015 a 2017.

1. INTRODUÇÃO

A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, Lei 10.861 de 2004) e visa à melhoria da qualidade da educação superior e ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior. Divide-se em duas modalidades:

Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), compostas por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios de autoavaliação.

Avaliação Interna – realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.

A autoavaliação tem como objetivos principais:

1. Produzir conhecimentos;
2. Discutir os sentidos do conjunto de atividades e finalidades da IES;
3. Identificar as causas de seus problemas e suas deficiências;
4. Aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
5. Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;

6. Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade;
7. Avaliar a relevância científica e social de suas atividades e produtos;
8. Prestar contas à sociedade.

A autoavaliação implica em a Instituição pensar a si mesma, organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei N° 10.861, que institui o SINAES.

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

É um processo dinâmico por meio do qual a instituição busca e constrói conhecimento sobre sua própria realidade, ao sistematizar informações, analisar coletivamente os significados e identificar pontos fracos e pontos fortes e propor estratégias de superação de problemas. A avaliação interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição. O processo de autoavaliação da IES é consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidade promover a cultura de autoavaliação e subsidiar os processos de avaliação externa. A avaliação externa exige a organização, a sistematização e o inter-relacionamento do conjunto de informações quantitativas e qualitativas existentes nas FIRB, que se tornam visíveis ao serem disponibilizadas no Relatório. Uma visão externa à IES pode corrigir eventuais erros de percepção, atuando como um instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC.

O credenciamento das instituições deve ser renovado periodicamente (artigo 46 da LDB Nº. 9.394 de 1996). O 1º credenciamento das FIRB está regulamentado pela Portaria MEC Nº 858 de 11/09/2013 publicada em 12/09/2013 DOU Nº 177 p. 9.

A comissão de avaliação que visitou as FIRB, em 2010, emitiu parecer com Conceito Institucional (CI) 3. A edição do novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa, pela Portaria Nº. 92 de 31 de janeiro de 2014, trouxe grandes desafios ao processo de autoavaliação. Neste instrumento, a autoavaliação e o PDI assumiram grande centralidade, o que torna importante

a redefinição da atuação da CPA. O Relato Institucional, documento que deve integrar o processo de credenciamento será analisado pela comissão de avaliação externa que fará a visita in loco, deverá conter relato circunstanciado da articulação entre a autoavaliação e o PDI. Para colaborar com as IES nesse processo, a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES/INEP), com a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), sugeriu um roteiro para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional (Nota Técnica N° 65/2014). Esse roteiro foi a base para a construção deste Relatório Parcial de Autoavaliação das FIRB, referente ao ano de 2016.

Este relatório é o segundo de uma série de três que são elaborados pela atual CPA, no período de março de 2016 a março de 2018, sendo assim, é um exercício que pretende ser aprimorado. Mesmo com limitações, a expectativa é que contribua para dar visibilidade ao trabalho e a dedicação das pessoas que participam e constroem as FIRB, buscando a excelência e qualidade na formação profissional, aliada ao compromisso institucional com a inclusão social, a ética, o pensamento crítico, a produção de conhecimentos e a cidadania de sujeitos aprendentes e atuantes.

Dados da Instituição:

IES	Faculdades Integradas "Rui Barbosa" - FIRB	Código:	0109
Caracterização da IES:		Instituição privada com fins lucrativos	
Estado	São Paulo	Município:	Andradina
<u>CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CPA</u>			
Nome		Segmento que representa	
Professora Maria das Graças Gomes		Coordenadora da CPA	
MSc.Daniel Abraão Pando		Corpo Técnico Administrativo	
Catea Cilene Stevanin		Corpo Técnico Administrativo	
Rosemeire Rosa		Corpo Técnico Administrativo	
Doutor Aparecido Wilson Rodrigues		Corpo Docente	
MSc Carlos Eduardo Silva Britto		Corpo Docente	
MSc Antonio Ricardo Chiquito		Corpo Docente	
Tamiris Feifarek		Corpo Discente	

Thaís Roque		Corpo Discente	
Ana Paula Carvalho dos Reis		Corpo Discente	
Maurício de Oliveira Carneiro		Sociedade Civil Organizada	
Marcelo Augusto Mosconi		Sociedade Civil Organizada	
Juliano Silva Oliveira		Sociedade Civil Organizada	
Período de mandato da CPA	3 anos	Ato de designação da CPA	Portaria do Diretor nº 03 de 01/03/2015

Mantenedora das FIRB: Sociedade Cultural de Andradina Ltda..

Administração das FIRB

Prof. Flávio Antonio Moreira - Diretor Geral

Dr. Aparecido Wilson Rodrigues - Vice-Diretor

Profª Maria das Graças Gomes - Coordenadora de Extensão e Assuntos Comunitários

Dr. Aparecido Wilson Rodrigues - Coordenador do Núcleo de Pós-Graduação

Prof. Norival Nunes da Silva - Diretor Administrativo e Financeiro

Profª Maria das Graças Gomes - Assessora Pedagógica e Procuradora Educacional Institucional

Prof. MSc Carlos Eduardo Silva Brito – Coordenador dos Cursos de Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica

Dr. José Antonio Matthiensen – Coordenador do Curso de Engenharia Civil

Prof. MCs Marcus Vinicius Alves Pereira – Coordenador do Curso de Engenharia Elétrica e Coordenador do Curso Tecnólogo em Agrimensura

Prof. MCs Roberto Pereira da Silva – Coordenador do Curso de Administração

Prof. MCs Antonio Ricardo Chiquito – Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Dr. Aparecido Wilson Rodrigues – Coordenador do Curso de Pedagogia

Diante das Diretrizes para a Avaliação da Educação Superior, emanadas da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, as Faculdades Integradas Rui Barbosa constituíram, a partir da Portaria DG Nº 01/2004, sua Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Desde seu início, a CPA buscou conhecer o histórico de avaliação já existente nas FIRB, analisar o que estava consolidado e dar continuidade aos processos já instituídos a fim de otimizar a Autoavaliação Institucional, por meio de um processo contínuo, que permitisse adequar à realidade da Instituição as novas diretrizes para a avaliação do ensino superior, estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES.

A partir daí, estabeleceu como objetivo geral avaliar as FIRB de forma integrada, participativa e contínua, envolvendo seus diferentes segmentos constitutivos, com olhar crítico e global, buscando reflexões a fim de subsidiar a revisão de políticas, projetos e ações administrativas e pedagógicas que favorecessem a melhoria da qualidade acadêmica e a consolidação das ações voltadas para ampliação da responsabilidade social. Para isso, considerou como objetivos específicos:

1. Conhecer e analisar a realidade das FIRB nas suas especificidades de acordo com sua missão;
2. Promover e estimular a implementação do processo avaliativo em todos os segmentos da Instituição de forma a nortear o planejamento, a gestão, o aperfeiçoamento e a articulação contínua dos projetos pedagógicos na busca da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
3. Viabilizar um olhar crítico interno e externo do universo envolvido, visando à identificação de pontos fortes e fracos, objetivando ações corretivas e de reforço;
4. Otimizar o processo avaliativo corrente, sugerindo alterações para a adequação às diretrizes propostas pelo INEP/CONAES;
5. Sistematizar e padronizar a avaliação, promovendo a articulação dos diferentes dados e informações coletadas;
6. Proporcionar debates e discussões entre os atores envolvidos, promovendo uma ampla reflexão sobre a eficiência, a eficácia e a relevância social e científica dos

projetos institucionais relacionados com as atividades-fim da Instituição e de cada curso tendo em vista o perfil de formação.

No intuito de alcançar os objetivos estabelecidos e permear as dez dimensões a serem avaliadas, segundo as orientações da CONAES, a CPA construiu o Projeto de Autoavaliação Institucional. Inserido nesse projeto, encontra-se o cronograma das atividades a serem realizadas pela Comissão, bem como o cronograma de aplicabilidade de instrumentos de pesquisa e coleta de dados para subsídios da avaliação. Entre as demais atividades previstas no cronograma, destaca-se o presente Relatório Parcial que tem a finalidade de retratar todas as ações desenvolvidas pela CPA, durante o ano de 2016.

2. METODOLOGIA

2.1 - Reestruturação da CPA 2015/2017.

A Lei 10.861, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior de 14/04/2004, determina que a autoavaliação institucional deve ser conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída “por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos”. A CPA deve ter “atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior”. (CONAES, 2004)

A proposta de reestruturação da CPA feita em 2004 se justifica pelo fato de da a CPA das FIRB ser constituída neste ano, em 2004, “não havia uma ideia muito clara sobre como seria realizado o trabalho de autoavaliação institucional e, por isso, foi priorizada a orientação de que deveria ser uma comissão pequena, principalmente para que não tivesse que enfrentar problemas com a falta de quórum”. Assim sendo, ela foi composta por cinco membros: um docente, um técnico-administrativo, um discente, um representante da sociedade civil e a coordenadora da CPA, conforme consta da Resolução 01/2004 do Diretor Geral. A comissão possuía membros suplentes, mas, as atividades se concentravam sobre poucas pessoas. A CPA foi convocada pelas comissões de avaliação em todas as visitas para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, credenciamento

da IES e autorização de novos cursos, acrescentando uma demanda extra de presença dos membros. Os objetivos da reestruturação da CPA compreendem:

- atender a demanda crescente das atividades relacionadas a autoavaliação e a avaliação externa realizada pelo MEC, através do INEP
- promover a institucionalização da autoavaliação em todos os segmentos das FIRB;
- ampliar a pesquisa de material analítico a ser utilizado nos relatórios anuais de autoavaliação;
- possibilitar à comissão ter uma percepção mais acadêmica sobre os cursos de graduação que são oferecidos;
- estabelecer uma comunicação mais efetiva com direção, coordenadores de cursos, professores, alunos e funcionários.

A demanda de revisão da composição da CPA após passar pelos colegiados internos foi apresentada à Direção Geral que publicou a resolução GDG Nº 03/2015, de 01 de abril de 2015 regulamentando o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação das FIRB (CPA-FIRB). A Comissão Própria de Avaliação desta Instituição passa a ser constituída por: Corpo docente: 03 representantes; Corpo discente: 03; Corpo técnico administrativo: 03; Sociedade civil organizada: 03.

Na indicação dos membros docentes foi observado o equilíbrio entre as áreas do conhecimento: Engenharias; Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Quanto ao segmento dos técnico-administrativos, foram convidados

para participar aqueles que atuam em setores prioritários no processo de autoavaliação (secretaria, CPD). Em relação ao segmento discente, os alunos foram indicados pelos pares. Três professores com ampla experiência em Educação Superior e Avaliação foram convidados para representarem o corpo docente. A Comissão permaneceu com as seguintes atribuições:

I – sistematizar as informações sobre as FIRB e seus cursos, visando à implementação dos processos avaliativos definidos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);

II – examinar os resultados dos processos internos de avaliação institucional vinculados ao SINAES e emitir parecer a respeito dessa matéria, para conhecimento da comunidade interna e da sociedade;

III – consolidar e fortalecer a realização de estudos com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre os aspectos da Educação Superior que interferem nos processos acadêmicos e na qualidade dos cursos oferecidos por esta Instituição;

IV – submeter aos colegiados superiores das FIRB os projetos de autoavaliação institucional e os relatórios: parciais ou final a cada ano.

Figura 1: Cronograma de execução física das ações da CPA em
2016

OBJETIVO	AÇÕES	PRAZO
I - Implantar a Autoavaliação das FIRB, (ciclo: 2015/2017)	Postou-se em 31 de março de 2016 o relatório parcial nº 01 (referente às ações realizadas em 2015) no E-MEC	Março 2016
	Análise do relatório parcial nº 01 (referente às ações realizadas em 2015)	Março 2016
	<p>1ª reunião da CPA elaborar o cronograma de ações da CPA para 2016.</p> <p>Reunião de sensibilização da comunidade interna.</p> <p>Levantamento de formulários da IES e reformulação dos questionários de autoavaliação. Elaborar os instrumentos de autoavaliação.</p>	Abril a junho de 2016
	<p>Divisão das equipes por eixos elencados com suas respectivas dimensões no projeto.</p> <p>Análise dos documentos da IES de acordo com as orientações da Lei do SINAES e CONAES.</p> <p>Registros e anotações das observações e constatações feitas pelas equipes</p>	Junho a novembro 2016

	Seminário de socialização dos resultados obtidos em 2016. Reestruturação do software de aplicação da autoavaliação pelo Técnico de Informática.	Dezembro de 2016
	Inserir este 2º relatório parcial do período 2015 a 2017 no sistema Eletrônico E MEC.	31 de março de 2017

A figura 1 mostra as etapas do processo de autoavaliação desenvolvido entre março de 2016 e março de 2017, nas FIRB.

2.2. Planejamento estratégico da Autoavaliação/CPA

O Plano de Trabalho da CPA foi elaborado incluindo as atividades previstas, definição de objetivos, cronograma, distribuição de tarefas, estratégias, metodologia e recursos. A sensibilização buscou o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras e seminários. Na etapa de desenvolvimento, A CPA reuniu-se periodicamente e buscou sistematizar demandas/ideias/sugestões para definir os temas prioritários da autoavaliação para aplicação em 2017.

Foram organizadas equipes de trabalho para o levantamento de informações, análise crítica e elaboração do relatório parcial, discutido na reunião geral da CPA. Em cada equipe de trabalho, as atividades foram definidas com detalhamento dos temas analisados, fontes de informação, cronograma e divisão do trabalho. Para propor as equipes de trabalho, foram

analisados os cinco eixos de avaliação do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (2014) e o Roteiro de Autoavaliação Institucional (2004) elaborados pelo Ministério da Educação (CONAES e INEP) de acordo com as dez dimensões avaliativas do SINAES.

O objetivo foi estabelecer os conteúdos essenciais do Relatório de Autoavaliação. Além disso, foram acrescentados temas específicos para a autoavaliação das FIRB. Na proposta do responsável por cada eixo, foi considerada a experiência do professor, servidor ou estudante com os temas. Cada responsável elaborou um relatório parcial apresentado e discutido na CPA em fevereiro e março de 2017.

Quadro 1 – Planejamento da autoavaliação (2º relatório parcial)

EIXO DE AVALIAÇÃO	DIMENSÃO DO SINAES	TEMAS ESPECÍFICOS DA FIRB
Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional	Planejamento e Avaliação (8)	Avaliação Externa e Autoavaliação
Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional	Responsabilidade Social da Instituição (3)	Políticas Transversais. A Responsabilidade social das FIRB
Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão (2) Comunicação com a Sociedade (4)	Consolidar as atividades de Extensão Projetos de Inovação no Ensino: Capacitação Docente Situação atual, desafios, propostas e planejamento para 2017
Eixo 4 – Políticas de Gestão	Organização e Gestão da Instituição (6) e Sustentabilidade Financeira (10) Políticas de Pessoal (5)	Situação atual, desafios, propostas e planejamento Situação atual, desafios, propostas e planejamento Situação atual, desafios, propostas e planejamento.
Eixo 5 - Infraestrutura Física	Infraestrutura Física (7)	Avaliação externa e questionário do estudante (ENADE)

Após a definição dos temas em cada eixo avaliativo, foram definidos os instrumentos e procedimentos de avaliação:

- Dados estatísticos: censo, cadastro, questionários de avaliação discente, etc.
- Relatórios e estudos sobre o ENADE.

- Relatórios de avaliação externa (Relatórios de visitas in loco).
- Entrevistas com diretor e coordenadores.
- Análise de documentos: PDI, Regimento Geral, PPCs, Instrumentos de avaliação do Inep, Legislação interna, etc.

Para cada tema foi elaborado um relatório parcial, apresentado e discutido nas reuniões da CPA. A partir dessa discussão foram identificados os avanços e desafios em cada área e definidas as propostas da CPA em termos da melhoria da qualidade da instituição.

2.3 - Atividades da CPA. O início das atividades em 2016 foi marcado pela realização do “Encontro entre CPA e Colegiados dos Cursos de Graduação das FIRB: Autoavaliação e Qualidade da Educação Superior”, no dia 19 de abril de 2016, das 14 h as 18 h, na sala da Assessoria Pedagógica desta IES, com o objetivo de promover a discussão e a aproximação dos diversos atores envolvidos na autoavaliação. A programação contou com a participação dos membros da CPA, Diretor Geral, Coordenadores de cursos de graduação da IES, Professores, representantes de Alunos, e representantes do Pessoal técnico administrativo. As reuniões da CPA ocorreram com frequência trimestral, entre abril de 2016 e março de 2017 (atas em anexo). Em fevereiro e março de 2017, os relatórios parciais de cada tema abordado na autoavaliação foram discutidos e condensados neste 2º Relatório Parcial de Autoavaliação do período de 2015 a 2017.

3. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

Quais foram os resultados encontrados/produzidos pela CPA em 2016, em cada eixo de avaliação institucional?

Nesse campo serão apresentados os resultados (dados e informações) pertinentes a cada um dos cinco eixos de avaliação. O objetivo foi realizar um diagnóstico a respeito das FIRB, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados. Em cada trabalho apresentado na reunião da CPA, as questões norteadoras foram:

1. Quais são os desafios a serem enfrentados?

2. Quais foram os avanços?

3. Quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade das FIRB?

4. Quais ações deverão ser propostas pela CPA, a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e da gestão da instituição?

EIXO 1 - DIMENSÃO 8:

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL Nesse eixo estão apresentados os resultados das análises realizadas pela CPA com relação aos processos de avaliações externas de Cursos da Graduação das FIRB (visitas in loco, indicadores de qualidade do ensino superior e ENADE) e os dados do Censo de Educação Superior.

Cursos de graduação: o que nos dizem os avaliadores externos (visitas in loco)

A apropriação e a interpretação dos resultados das avaliações externas configuram-se como um componente fundamental do processo de autoavaliação institucional. Neste Relatório Parcial, a CPA apresenta as seguintes análises:

1. Resultados das visitas in loco para Reconhecimento ou Renovação de Reconhecimento de Cursos de Graduação
2. Indicadores de qualidade do ENADE, CPC e IGC, realizado em 2015. Em 2016 esta Instituição não tem cursos que pertencem ao grupo que faz ENADE.
3. Análise da série histórica do Censo da Educação Superior

Quadro 1 – Cursos de graduação das FIRB que receberam visitas in loco (2012 a 2014)

<p>1. Cursos de graduação das FIRB: o que nos dizem os avaliadores externos (visitas in loco)? As avaliações externas (visitas in loco) de cursos da graduação são realizadas por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), compostas por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação elaborados pela CONAES. Foram incluídos na análise todos os cursos de graduação das FIRB, que</p>	<p>PEDAGOGIA</p> <p>Renovação de reconhecimento</p>	<p>ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Renovação de reconhecimento</p>	<p>CIENCIAS CONTÁBEIS</p> <p>Renovação de reconhecimento</p>
	<p>LETRAS – PORTUGUES E INGLÊS.</p> <p>Renovação de reconhecimento</p>	<p>LETRAS – PORTUGUÊS E ESPANHOL</p> <p>Reconhecimento de curso</p>	<p>GESTÃO FINANCEIRA</p> <p>Reconhecimento de curso</p>

receberam visitas de reconhecimento ou renovação de reconhecimento. Em nenhum dos cursos a visita ocorreu por desempenho insuficiente no ENADE..			
--	--	--	--

As FIRB receberam 13 visitas de comissões avaliadoras, no período compreendido entre março de 2009 e dezembro de 2016.

Os itens avaliados pelas comissões recebem uma nota de conceito, de 1 a 5 (1=ausente; 2=insuficiente; 3=suficiente; 4=muito bom e 5= excelente). Os resultados das 13 visitas analisadas mostram que nas três dimensões analisadas, as médias dos conceitos foram:

- dimensão 1 – organização didático-pedagógica = 4
- dimensão 2 – corpo docente = 4
- dimensão 3 – infraestrutura = 3

Todas as diligências foram atendidas.

Análise dos resultados do ENADE 2015. Índice Geral de Cursos (IGC) Os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2015 (IGC-2014) e os resultados do Conceito ENADE 2015 e do Conceito Preliminar de Curso referente ao ano de 2015 (CPC-2014) ainda não publicado.

O IGC das FIRB em 2015 foi 3, anteriormente por 12 anos seguidos o IGC foi 4.

Conceito preliminar de curso (CPC) e Conceito ENADE

Em 2015 foram avaliados dois cursos: Administração e Ciências Contábeis, pertencentes ao ciclo vermelho.

A análise dos resultados só é possível após a liberação dos resultados e dos relatórios pelo INEP, o que geralmente acontece no final do ano seguinte à realização do ENADE. No entanto, neste último houve atraso de alguns meses. Este Relatório parcial da CPA discute os resultados de 2015. O CPC se refere a cada curso e tem três dimensões: uma é dada pelo desempenho dos concluintes no ENADE (formação geral e componente específico); a segunda dada por características do corpo docente (proporção de mestres, doutores e regime de trabalho); a terceira dimensão é a percepção do aluno em relação às suas condições de formação, opinião levantada por meio do Questionário do Estudante (QE). Todos os indicadores obtidos são convertidos para uma nota padronizada contínua, que vai de 0 a 5. Na tabela abaixo são apresentados os principais resultados das FIRB.

CURSO ENADE 2015	NOTA	CPC
ADMINISTRAÇÃO	2	3
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	3	4
CURSO ENADE 2014	NOTA	CPC
PEDAGOGIA	2	3

A metodologia de cálculo tanto do Conceito Preliminar do Curso (CPC) quanto em outros aspectos que compõem esses indicadores sofreu modificações ao longo do tempo, o que impossibilita dizer se os cursos estão melhores ou piores em relação a si mesmos.

Organização didático-pedagógica do curso, infraestrutura e oportunidades de ampliação da formação – a visão do estudante.

A percepção discente sobre o processo formativo é avaliada no Questionário do Estudante (QE), preenchido num período de aproximadamente um mês antes da prova. No ENADE de 2015. Além das perguntas sobre o perfil do estudante, foram apresentadas 42 assertivas sobre a organização didático-pedagógica do curso, infraestrutura e oportunidades de ampliação da formação (intercâmbio, extensão, pesquisa, etc). O peso desse componente na composição do CPC é de 15%.

O Relatório das FIRB do ENADE 2015, divulgado pelo INEP, apresenta informações relevantes a respeito do perfil do estudante das FIRB. Na apresentação deste relatório, destaca-se que “além do desenvolvimento de competências técnico-profissionais, a educação superior tem como uma das suas funções mais importantes a promoção de igualdade, de oportunidades e de justiça social. Com essa visão, as informações fornecidas pelos processos

de avaliação do ENADE (...) pretendem auxiliar a IES a fortalecer o perfil dos seus estudantes e para que, ao integrá-lo aos resultados das avaliações internas realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), possa refletir sobre seus compromissos políticos-pedagógicos e suas práticas, agindo de forma orientada para a construção de uma educação superior de qualidade, justa e democrática.”

Censo da Educação Superior

O Censo da Educação Superior é fundamental para a IES, pois, as informações depositadas no Sistema E-MEC são utilizadas para todas as outras ações referentes ao seu funcionamento e regularidade do ponto de vista legal e administrativo.

Os resultados são utilizados no cálculo dos indicadores de qualidade (CPC e IGC) e orientam políticas públicas relacionadas à Educação Superior. É um elemento da autoavaliação, ao indicar as mudanças ocorridas ao longo do tempo na IES, no que se refere a alunos, docentes e servidores.

Neste relatório são apresentados e comentados alguns resultados da série histórica do Censo (2013, 2015, 2017), de acordo com relatório divulgado pelo Inep.

Em relação ao corpo docente, verificou-se que o número de docentes em exercício aumentou a partir de 2013 considerando a oferta de novos cursos de engenharia. Houve aumento também na proporção de docentes em regime integral, e parcial, desaparecendo totalmente o horista.

Foi observada no segmento técnicoadministrativo, aumento na proporção dos servidores com graduação.

Com relação ao aluno em 2013, observa-se um número maior de ingressantes do que o habitual permanecendo esta tendência até 2015.

Ano	Inscritos no vestibular	Matriculados	Ingressantes	Concluintes
2014	391	763	267	138
2015	465	866	230	059
2016	248	808	138	186

Em 2016, como impacto da queda de oferta do FIES, e com a crise econômica instalada no país, esta IES sentiu o reflexo desta situação na queda de matrículas iniciais.

EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Nesse eixo estão apresentados os resultados das análises realizadas pela CPA com relação à Responsabilidade Social. Foram realizados dois estudos:

1. Políticas de inclusão na educação superior: ações nas FIRB.
2. Responsabilidade Social das FIRB.

DIMENSÃO 1:

POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Usualmente, pesquisas de avaliação da Educação Superior (ES) e inclusão social abordam o que podemos nomear como o lado da demanda, ou seja, o perfil dos estudantes, suas trajetórias sociais e institucionais e a inserção no mercado profissional (Barbosa, 2014). Os pesquisadores

preocupam-se em aferir o ingresso de grupos e setores sociais historicamente excluídos nas Instituições de Educação Superior (IES), sua permanência e posterior inserção no mercado de trabalho.

Nessa linha de análise, estudos avaliativos das políticas de inclusão (Saraiva e Nunes, 2011; Neves e Anhaia, 2014; Ristoff, 2014) focalizam as potencialidades de projetos e programas em promover a redistribuição de oportunidades de acesso e permanência na Educação Superior (ES). Ristoff (2014), ao discutir até que ponto políticas e programas governamentais recentes começaram a alterar o perfil socioeconômico do estudante de graduação brasileiro, destaca, que a avaliação institucional das Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil recebeu regulamentação de abrangência nacional (Brasil, 2004) com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Essa lei (Brasil, 2004) prevê também a instalação nas IES de Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) com a atribuição de condução dos processos de avaliação internos das instituições (art. 11, Brasil, 2004). A atuação das CPAs acha-se regulada desde 2004 (Inep/MEC, 2004) por meio de documento que orienta quanto a procedimentos de autoavaliação. Essas orientações, embora reconheçam a autonomia das CPAs na condução dos processos autoavaliativos, sugerem dinâmicas e dimensões coerentes com IES que apresentam tipos integrados de gestão e grau elevado de consenso entre seus membros.

Este estudo introduz, para a autoavaliação das FIRB, o estudo de programas, projetos e ações de inclusão, ou seja, a multifacetada questão da democratização da educação superior mediante a análise do discursivo institucional. A situação em foco envolve a escuta de atores institucionais com

o intuito de expor algumas interrogações a respeito da inclusão social nesta Instituição e os desafios da democratização com qualidade.

O discurso político institucional sobre inclusão social nas FIRB é analisado tendo por referência a Resolução anual expedida pelo Diretor Financeiro com normatização de Bolsas internas; adesão ao Programa Escola da Família; adesão ao FIES. Implantação de um Núcleo Psicopedagógico para acompanhar estudantes e um núcleo de capacitação docente para orientar os professores. Este estudo avaliativo propõe-se a traçar um quadro das lógicas orientadoras das ações de inclusão social desenvolvidas nas FIRB no ano de 2015. Supõe uma apreensão mais abrangente das múltiplas racionalidades, conscientes ou inconscientes, orientadoras das escolhas efetuadas e seus efeitos por diversos atores, a ser reconstituída a posteriori mediante a análise do discurso institucional.

Políticas de Inclusão social na educação superior: ações nas FIRB

A análise do discurso institucional para fins avaliativos objetiva fazer emergir as relações complexas entre atos e palavras. Importa assinalar que o corpus considerado para pesquisa foi a Resolução SOCAN Nº 01/2015, o documento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do período de 2012-2016 e os PPCs dos cursos de graduação em funcionamento.

O método analítico empregado iniciou-se pela análise do conteúdo sobre políticas de inclusão na educação superior constantes nos PPCs e no PDI, seguido pela análise das informações disponíveis na Resolução específica, com o objetivo de apreender conjuntos de enunciados representativos das lógicas orientadoras das ações e condutas nas FIRB.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao apresentar metas, objetivos e ações da IES para o período de 2012-2016, informa como um dos seus vários projetos estruturantes a criação do Núcleo Psicopedagógico, Núcleo de Capacitação Docente, Bolsas Internas, Adesão ao Programa da Bolsa Família, FIES e outros).

O fundamento dessa medida, constante no PDI, decorre do aumento do número significativo de vagas com a expansão dos Cursos ofertados, desde 2012, com as Engenharias de Produção, Civil, acrescentadas dos cursos de Engenharia Elétrica e Mecânica, o curso de Tecnologia em Agrimensura, ofertados a partir de 2015.

O uso fluído do termo “inclusão” cumpre dupla função. Permite estabelecer um valor identitário partilhado, a inclusão na educação superior como reconhecimento de sujeitos sociais diversos e simultaneamente amalgamar ações de inclusão de natureza diversa: assistência ao estudante pobre e reconhecimento de identidades plurais. Desse modo as ações desenvolvidas nas FIRB, culminam com relatórios que expressam práticas de inclusão social. Por essa razão, analisar as informações neles contidas permite à avaliação institucional apreender as inflexões do discurso político em torno da inclusão social produzido nas FIRB. Em especial, no ano de 2015 verifica-se a ênfase nas ações de inclusão e a ênfase posta em mudanças institucionais voltadas para o reconhecimento da diversidade.

Este relatório de avaliação institucional destaca a inflexão do discurso institucional de inclusão social nas FIRB ocorrida em 2015. Reconhece que ao longo do ano o tema das políticas de inclusão passou a diferenciar as ações de assistência estudantil e as de reconhecimento da diversidade. A diminuição da oferta do FIES em 2015 teve como consequência

a perda de 130 matrículas de ingressantes, pois, foram aprovados e classificados no vestibular.

A criação do Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos teve a finalidade de reforçar e concretizar efetivamente as políticas de inclusão nas ações das FIRB.

Dimensão 3 – Responsabilidade social das FIRB e a relação com a comunidade.

Tem o objetivo de favorecer o processo de comunicação das FIRB com a comunidade.

Suas atribuições estão estrategicamente relacionadas aos processos de gestão, e do desenvolvimento de ações destinadas a proporcionar visibilidade aos projetos das FIRB por meio das mídias e da imprensa, escrita e falada.

Responsável pela formulação e execução de ações de comunicação institucional, engloba ampla gama de produtos e serviços, entre os quais a gestão do Portal FIRB, publicação da Revista InterAtividade, no formato eletrônico, assessoria de imprensa.

Metas (2016-2017) Além das práticas instrumentais de difusão de informações - publicações de jornais, elaboração de folders e peças gráficas e formulação de campanhas de conscientização, a comunicação é processo e, no caso específico das FIRB, envolve a construção de espaços em que se proponha a promover a transparência e a qualidade dos serviços oferecidos, além de privilegiar práticas que favoreçam a troca e o compartilhamento de informações.

As FIRB vivenciam atualmente um momento de reorganização administrativa em torno de uma gestão socialmente responsável, em um movimento de aproximação maior com a sociedade trazendo para a sala de aula e para os laboratórios a sociedade e suas demandas e, por outro lado, levando a academia à interação próxima com a comunidade, cria situações de aprendizado e de concepção de ideias, em um contexto democrático em que a educação ocorre contribuindo para a produção de cidadãos capazes intelectualmente de participar do avanço tecnológico do país, direcionados para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

O Programa de Responsabilidade Social das FIRB prevê, na sua formatação um conjunto de projetos através de diferentes ações:

Ação nº 1. Brinquedoteca Hospitalar – com funcionamento diário na Irmandade da Santa Casa de Andradina

Ação nº 2. Brinquedoteca Comunitária – com funcionamento nos finais de semana na Vila da Fraternidade Irmã Veneranda.

Ação nº 3. FIRB Júnior - com funcionamento diário nas dependências das FIRB.

Ação nº 4. Neutralize Carbono – a vida agradece.

Ação nº 5. Coleta Seletiva – Papel - Vidro - Metal - Plástico.

Ação nº 6. Normas de gerenciamento de resíduos.

Ação nº 7. Controle da qualidade da água.

Como síntese desse relatório de avaliação sobre a responsabilidade social das FIRB e a sua relação com a comunidade externa são enumeradas fortalezas e fragilidades que indicam possibilidades de avanço e ações no sentido de apontar perspectivas de trabalho para os próximos anos:

1) Fortalezas (até onde caminhou a instituição em consonância com o PDI):

- Inserção bastante significativa dos cursos das FIRB na região, num raio de 150 Km.;
- Captação significativa de alunos para os cursos de graduação;
- Atualização e transformações das ações curriculares proporcionando oportunidades de formação com diferentes habilidades e competências visando o perfil de formação dos educandos;
- Iniciativa das FIRB em rever a formação dos estudantes nos cursos de Engenharias visando a capacitação para o trabalho de forma competente inserindo mais atividades práticas nas aulas;
- Execução satisfatória dos projetos e aulas práticas em laboratório e fora dele ampliando significativamente a interação do aluno com a prática profissional por meio da aproximação com esta desenvolvendo projetos de aplicação das teorias assimiladas.

2) Fragilidades (aspectos a serem trabalhados com vistas ao fortalecimento da instituição nos próximos anos):

- Dificuldades na execução de projetos em decorrência da situação financeira vivenciada atualmente pelo Ensino Superior em todo país.
- Pouca celeridade nos processos de mudança curricular, quando propostos, pelos Colegiados e NDE, causados principalmente por

entendimento insuficiente das alterações na organização curricular do PPC.;

Perspectivas e ações a serem implementadas a partir de 2017:

- Melhorar a articulação entre os coordenadores de cursos;
- Negociação com empresas para obtenção de oportunidades de inserção dos graduandos em estágios iniciais e intermediários de curso;
- Melhor articulação entre cursos da FIRB para desenvolver atividades integradas e prática da interdisciplinaridade
- Utilizar o campo da prática para inserção de estratégias de interdisciplinaridade e de transversalidade dos conteúdos curriculares que regem a formação incentivando alunos e professores para desenvolvimento de Projetos Especiais.

EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

Nesse eixo estão apresentados os resultados das análises realizadas pela CPA com relação às Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão (Dimensão 2) e Comunicação com a Sociedade (Dimensão 4).

1. Políticas para o ensino de graduação (Dimensão 2)
2. Políticas para a pesquisa (Dimensão 4)
3. Políticas para a extensão (Dimensão 4)

DIMENSÃO 2 : POLÍTICAS PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO

No decorrer da avaliação da **dimensão 2** percebe-se a preocupação da Instituição com o ensino, pesquisa e extensão. Sendo o ensino uma atividade dotada de um dinamismo frequente, a revisão dos currículos é baseada nos resultados obtidos.

As FIRB se preocupam em oferecer cursos, palestras e material didático orientativos para iniciação científica e desenvolvimento de projetos. Os envolvidos, estudantes e professores, deram ênfase ao uso de recursos didáticos que envolvem visitas orientadas, elaboração e utilização de estudos de casos, realização de alguns estudos temáticos de caráter interdisciplinar, seminários, . Destaca-se ainda nessa dimensão, o apoio da Instituição às Semanas Acadêmicas de Cursos, aos seminários técnico-científicos desenvolvidos nos cursos de graduação.

A pesquisa acadêmica é utilizada como estratégia do ensino-aprendizagem, estimulando o aluno no desenvolvimento do raciocínio crítico e abstrato por intermédio da realização de trabalhos acadêmicos.

Dentre as atividades detectou-se a realização de Projetos de aplicação dos estudos teóricos que tem por objetivo contribuir para a melhoria do ensino de graduação e é uma atividade auxiliar a formação dos futuros profissionais. Exercida por alunos regularmente matriculados em cursos de graduação da Faculdade, seu objetivo é incentivar a melhoria do processo ensino-aprendizagem, promovendo a cooperação acadêmica entre alunos e professores e minimizar os índices de reprovação, evasão e falta de motivação nas disciplinas, além de proporcionar melhoria na qualidade do ensino. Oferece

ao aluno experiência nas atividades técnicas, didáticas e científicas em determinadas disciplinas. Oportunidade de interesse pela carreira docente. E ainda aprofundar o conhecimento do estudante sobre o conteúdo da disciplina promovendo conscientemente a articulação entre teoria e prática e a aproximação da futura atuação profissional.

Expansão da oferta de cursos nas FIRB

Ao definir metas para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional, o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), período 2012-2016, estabeleceu a necessidade de concretizar a expansão da graduação no período de vigência do PDI, completando o programa de construção das instalações físicas pertinentes, realizando a avaliação dos resultados dessa expansão e desenhando eventuais medidas de ajuste necessárias. O presente estudo se concentra na avaliação dos resultados da expansão da graduação.

2. POLÍTICAS PARA A PESQUISA (como princípio educativo)

A pesquisa transversaliza todo processo ensino e aprendizagem nesta instituição na forma de iniciação científica, considerada como estratégia para despertar o gosto pela investigação e aceitar o desafio de se conhecer o novo através da busca constante do conhecimento na ciência e na realidade cotidiana, pois, como Clarice Lispector, as FIRB acreditam que “é do buscar e não do achar que nasce o que eu não sabia”. É desenvolvida no interior das disciplinas e cursos da Instituição como metodologia de ensino, para que se fortaleça a interatividade e o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício da cidadania.

Iniciação Científica

A iniciação científica nas FIRB é um processo educativo fundamental para a criação de uma cultura de pesquisa na instituição, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da extensão e não somente formando futuros pesquisadores. É imprescindível que ela aconteça no contexto de projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes, com potencialidade para envolver a participação de alunos e até mesmo motivar a adoção de monitorias já institucionalizadas, que assume assim, uma relação fundamental com a iniciação científica.

Entretanto, a concepção que se quer dar à Iniciação Científica é de integração com o ensino, não fazendo desta um simples programa de bolsa ou de estímulos para um grupo selecionado. A investigação científica para a qual devem ser despertados todos os estudantes em toda ação didático-pedagógica, é que se constitui no cerne desta iniciação.

Como um programa de incentivos, a Iniciação Científica é uma das linhas de atuação das FIRB e se realizará sempre a partir dos períodos iniciais dos cursos de graduação. Para tanto, as FIRB apoiarão as ações de iniciação científica, valendo-se dos meios possíveis e disponíveis, desde o financiamento próprio, de acordo com as condições institucionais, como também junto aos órgãos de fomento, parceria com empresas e com instituições públicas e privadas, regionais, estaduais e nacionais.

Ótimo indicativo de que as FIRB apresentam competências e efetividade mais diversas áreas de pesquisa acadêmica foi a semana acadêmica dos Cursos de Engenharias em 2016 em que foram apresentados 40 trabalhos com protótipos e objetos ou finalizações realizados em sala de aula nas aulas práticas das diversas disciplinas.

3. Políticas para extensão

Este relatório tem por objetivo esboçar a política de extensão das FIRB para fins de composição do 2º Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional elaborado pela Comissão Própria de Avaliação das FIRB (CPA – 2015/2017) no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A elaboração do relatório reporta os dados solicitados às Coordenadorias de Cursos e as fontes documentais utilizadas foram: Plano de Gestão 2015-2016; relatório de gestão; relatório da Extensão; outros relatórios; site das FIRB; documentos gerais das FIRB, como o Regimento Unificado, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016 e o Relatório do Projeto de Aplicação Prática de aulas teóricas e do projeto de formação continuada de capacitação docente, entre outros. Com base na análise documental supracitada, e orientando-se pelo roteiro de autoavaliação do SINAES/INEP e pelas diretrizes da CPA, este relatório contém, além desta introdução, outros cinco tópicos. No 2º tópico é descrita a concepção da extensão apresentada em documentos das FIRB e a atual estrutura de gestão. No tópico 3 é realizada uma breve apresentação do Plano de Gestão, juntamente com as principais ações desenvolvidas em 2016. Posteriormente, no tópico 4 do relatório, são apresentados dados para indicar algumas contribuições das ações de extensão para a formação dos estudantes. No 5º tópico deste relatório, o perfil da extensão nas FIRB, em 2016, é descrito a partir das informações relativas à distribuição das ações de extensão registradas nas Coordenadorias de cursos com base nos seguintes elementos: tipo de ações; unidades das FIRB envolvidas na extensão; áreas temáticas; áreas do conhecimento e dados concernentes aos participantes (docentes e discentes); elaboração de

processos e produtos; existência de parcerias. Ao final, são tecidas considerações a respeito do conteúdo apresentado, evidenciando os desafios, avanços, alcance de metas/resultados e proposições.

Concepção de extensão e estrutura de gestão

A extensão nas FIRB, segundo o Plano de Gestão 2015-2016, adota a concepção atualizada da Política Nacional de Extensão Universitária, documento no qual a extensão é assim definida: “A extensão universitária, sob o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade” (PDI, 2012). Em consonância com essa concepção, o Regimento Unificado das FIRB prevê a extensão vinculada ao ensino e à pesquisa, devendo ser realizada tanto por professores como pelas unidades acadêmicas, de maneira a ampliar as relações entre as FIRB e a sociedade. Conforme disposto no Artigo 36 do Regimento. O Regulamento que normatiza as Atividades de Extensão nas FIRB apresenta a concepção de que: “As atividades de extensão, nas áreas técnica, científica, artística e cultural, serão realizadas sob as formas de programas, projetos, cursos, assessoramentos, prestação de serviços e/ou consultorias, entre outras.” Essas atividades devem ser desenvolvidas em consonância com as diretrizes da extensão universitária, a saber: interação dialógica com a sociedade; interdisciplinaridade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante; impacto e transformação social.

Além desses documentos, a política de extensão universitária da FIRB também está fundamentada nos princípios norteadores do Projeto Pedagógico

Institucional que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional da FIRB (PDI/FIRB 2012-2016). De acordo com esse documento, a universidade precisa aliar o seu papel institucional na produção, democratização do conhecimento e formação de pessoas ao compromisso social com a melhoria da qualidade de vida de camadas da população que representam a demanda existente em busca de formação no ensino superior.. Conforme o PDI/FIRB 2012-2016 cabe ao CEPEX, o fomento, o acompanhamento, a avaliação, a articulação e a divulgação das ações de extensão nas FIRB, bem como representar a Instituição junto aos parceiros das atividades de extensão (órgãos públicos, organizações não governamentais e da sociedade civil e outras instituições privadas)

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), é responsável por acompanhar a implementação das políticas gerais de extensão, o desenvolvimento das ações de extensão e ainda normatizar os processos ligados às práticas extensionistas. A coordenação das atividades de extensão são de responsabilidade da Assessoria Pedagógica e é compartilhada, com as coordenadorias, que se ocupam da gestão da política de extensão das FIRB. Atuam em colaboração e articulação das ações e procedimentos administrativos relativos à extensão no âmbito de seus Cursos de Graduação.

Atualmente, as FIRB contam com 08 Cursos distribuídos em 08 coordenadorias.. De acordo com o Relatório de Gestão das FIRB (2015-2016), para o desenvolvimento das atribuições do CEPEX foi implementada ao longo da gestão anterior a reestruturação organizacional da CEPEX, em sintonia com o plano de gestão à época, com as novas diretrizes do PDI/FIRB 2012-2016 e com a avaliação efetuada nos diversos segmentos da IES. A partir dessa reestruturação organizacional, o CEPEX se organiza, principalmente em torno

das Coordenadorias de Cursos; Diretoria Geral das FIRB. Deve ser destacado que, até novembro de 2016 tendo em vista o que previam os PPCs de Engenharias foi realizada a Semana Acadêmica com sustentação nos Projetos desenvolvidos nos cursos e sendo o momento de divulgação dos resultados a toda comunidade interna e externa às FIRB, ocorrendo nos dias 07 e 08 de novembro de 2016, na quadra poliesportiva das FIRB com a participação de 40 equipes com 40 protótipos, objetos construídos e apresentados por meio de painel vivo com os respectivos banners e explicações dos alunos ao público visitante..

O Relatório de Atividades 2016

Apresenta as atividades realizadas em 2016 relatadas por Coordenadores, Assessoria Pedagógica, Professores e demais segmentos da comunidade interna.

Os relatos discriminam ações envolvendo planejamento, coordenação, organização, acompanhamento, sistematização e avaliações realizadas, tais como: elaboração de projeto para construção de procedimentos com vistas ao monitoramento das ações; análise e sistematização dos formulários de avaliação por meio de banners, painel vivo, relatórios e apresentação de protótipos, objetos e outros. Também é citada a consulta feita aos Coordenadores e Professores das Semanas Acadêmicas das FIRB, no tocante à avaliação dos itens do formulário de avaliação dos trabalhos apresentados. Foram listadas ainda outras atividades como as participações na revisão de critérios de avaliação de propostas no âmbito dos editais na CPA/FIRB. O relatório da CPA também apresenta um plano de atividades para 2017,

igualmente subdividido nos três grupos supracitados de atividades. O relatório da CPA apresenta um panorama geral das ações da Comissão.

Neste sentido, há referências à realização de reuniões com coordenadores e comissões de avaliação para a qualificação dos processos, propostas e o alinhamento das exigências internas e externas na busca da implementação da política de extensão nas FIRB, em conformidade com princípios e diretrizes adotados e definidos pela Lei do SINAES.

1.1 Contribuições da Extensão para a formação dos estudantes

Este tópico discorre sobre a relevância da extensão na formação do estudante e destaca que em seu PDI/FIRB- 2012 a 2016 está especificado:

“A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição e a Sociedade.

Assim, enquanto prática acadêmica que interliga as FIRB nas suas atividades de ensino e de pesquisa, a extensão universitária possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e reprodução do conhecimento necessário à melhoria do processo de democratização e inserção social.

A extensão se fará em dois níveis, interativamente:

- Curricular – que passa pela integração aos projetos pedagógicos dos cursos, nos quais será desenvolvido um conjunto de ações e atividades específicas da extensão (projetos, cursos, eventos, prestação de serviços), enquanto parte efetiva do processo de formação acadêmica.

- Extracurricular – mediante a viabilização de projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, vinculados institucionalmente às

coordenadorias de cursos e voltados às necessidades e interesses da comunidade interna e externa.

Para que isto aconteça as FIRB assumem compromisso com:

1. Estímulo permanente à sua aproximação com a sociedade, propiciando a leitura crítica da realidade, estimulando a troca e a reelaboração do conhecimento favorecendo a visão integral da pessoa humana e da sociedade numa perspectiva transformadora.

2. Desenvolvimento de projetos, priorizando os de natureza interdisciplinar, e inter coordenadorias, que favoreçam o equacionamento das demandas emergentes.

3. Estímulo ao desenvolvimento de projetos que contemplem a efetiva participação de alunos, favorecendo a formação do profissional como cidadão.

4. Articulação permanente com instituições públicas, privadas e movimentos sociais com vistas ao desenvolvimento de parcerias.

5. Articulação com programas ou projetos de maior abrangência, de iniciativa de outras organizações do setor educacional como os do MEC ou Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e ainda com os Departamentos Municipais de Educação da região.

6. Estímulo à implementação de projetos, cursos e atividades de iniciativa das FIRB, que venham a contribuir para o desenvolvimento da região de Andradina.

8. Estímulo à interação das atividades de extensão com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, bem como com os cursos de pós-graduação lato sensu”.

Ao final do relatório foram redigidos alguns apontamentos para contribuir para a gestão a partir da análise realizada. Entre os aspectos

abordados, ressaltam-se os seguintes: o imperativo de ampliar ações de extensão; limites técnicos para a elaboração do relatório (capacitação da equipe para o uso de softwares estatísticos para o tratamento dos dados).

Perfil da extensão nas FIRB em 2016

Este tópico apresenta um panorama geral das atividades de extensão nas FIRB no ano de 2016. Com o objetivo de esboçar um retrato geral da distribuição das ações de extensão nas FIRB no ano de 2016, foram solicitados alguns dados às Coordenadorias de cursos e à secretaria geral.

TABELA 1 - Ações de Extensão por tipo – 01 a 12/2016

Tipo de Ação	Número	Número de alunos envolvidos
Projeto	40	450
Evento	10	675

Considerações finais: A partir das informações apresentadas neste primeiro relatório de autoavaliação institucional (ciclo avaliativo 2015 – 2017) previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016 constatou-se resultado significativo, com o aumento do número de alunos das FIRB desde 2012 até 2014, perfazendo um aumento de 300 alunos. Em 2015, chegou-se a um aumento de 450 alunos ingressantes, no entanto, o problema relacionado ao FIES acarretou perda de 130 alunos ingressantes. Houve ainda uma queda de ingressantes em 2016.

Projetos desenvolvidos nos cursos de engenharias em 2016

PROJETO	ALUNOS	PROFESSOR ORIENTADOR
MAQUETES	2º PERÍODO	MARCELO MOSCONI
PROJETO, CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DE ISOLANTE TÉRMICO PARA TROCADORES DE CALOR	6º PERÍODO	ALEX CUNHA
AVALIAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO	6º PERÍODO	LEANDRO ARTHUR
LOGÍSTICA REVERSA	6º PERÍODO	LEANDRO ARTHUR
AVALIAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL I DE ANDRADINA	6º PERÍODO	LEANDRO ARTHUR
IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE PRODUTORA DE FORMAS METÁLICAS NO DISTRITO INDUSTRIAL DE ANDRADINA - DISTRIBUIÇÃO	8º PERÍODO	LEANDRO ARTHUR
IMPLANTAÇÃO DA FÁBRICA DE ESTAMPAGEM DE METAIS - LOCALIZAÇÃO	8º PERÍODO	LEANDRO ARTHUR
FORNECEDORES DE INSUMO DA FÁBRICA DE ESTAMPAGEM DE METAIS	8º PERÍODO	LEANDRO ARTHUR
PROPOSTA DE MUDANÇA DO LAYOUT DA COPIADORA DAS FIRB	8º PERÍODO	EDUARDO BARBOSA
DESCRIÇÃO DE CARGO: ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO E CARGOS DE APOIO	8º PERÍODO	CARLOS ROBERTO SHINKADO JUNIOR
ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	8º PERÍODO	CARLOS ROBERTO SHINKADO JUNIOR
CASE PARA SMARTPHONE MULTIUSO	10º PERÍODO	GUILHERME SEVERIANO E EDUARDO BARBOSA

DIMENSÃO 4. PROJETOS DE INOVAÇÃO E METODOLOGIA DE ENSINO

Destinado aos professores dos cursos de Engenharia das FIRB, este projeto tem o objetivo de aprimorar a prática docente a partir da problematização dos desafios vivenciados pelo corpo docente na ação pedagógica em sala de aula, em especial o aprendizado de metodologias ativas visando à aprendizagem Significativa com abordagem de estratégias que ampliem e consolidem as habilidades didáticas e competência necessárias no Ensino Superior. Os encontros de capacitação são presenciais e mensais, aos sábados. Com mudanças em seu desenho ao longo dos últimos anos, a formação vem apresentando temas inovadores por meio de atividades diversas que se dividem em duas categorias:

- Categoria 1 – Fundamentação teórico-prática das novas abordagens da Educação em Engenharia. (responsável: Assessoria Pedagógica)

- Categoria 2 – Ações contextualizadas: concretização de experiências didáticas aplicadas em sala de aula (a partir da fundamentação teórica) pelos docentes das FIRB. Compartilham, uns com os outros, suas experiências com o ato de ensinar de forma a trocar conhecimentos e metodologias utilizadas, aprimorando o exercício da docência.

O Projeto de Capacitação Docente dos Engenheiros admitidos para compor o quadro de professores dos cursos de Engenharia teve início em 2013 e acontece mensalmente durante o ano letivo, nos encontros comparecem uma base de 35 participantes, todos docentes dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica.

Em 2016 aconteceram 8 encontros, sendo 4 em cada semestre letivo.

Propostas para os próximos anos

- Regularizar a oferta de 20% da carga horária de disciplinas na modalidade a distância, de maneira a atender a Portaria nº 4059 de 2004 e às demandas atuais e futuras das FIRB.
- Integrar as ações de formação de professores do ensino superior a um curso de pós graduação com certificação.
- Construir uma plataforma social colaborativa entre professores e entre cursos de materiais didáticos das FIRB, dentro de um contexto de acesso livre e de publicação aberta.

DIMENSÃO 9

Política de atendimentos aos discentes

Considerando o contexto sócio econômico e o perfil sociográfico dos alunos das FIRB a mantenedora regulamentou a política de atendimento ao aluno regularmente matriculado que tem dificuldades financeiras que o impedem de pagar pelos estudos.

As bolsas ofertadas pelas FIRB atendem a seguinte proposta.

1.1 BOLSA-INCENTIVO VOLTA À ESCOLA

Descrição

1.1.1 – Concede desconto de 30% (trinta por cento) a alunos com idade igual ou superior a 40 (quarenta) anos ou que complete 40 anos até o prazo final de matrícula.

1.1.2 – Este desconto não se aplica aos alunos que completarem 40 anos após o prazo final de matrícula.

1.1.3 – Ao aluno que completar 40 (quarenta) anos no primeiro semestre do curso, será concedido um desconto de 15% (quinze por cento) a partir do segundo semestre.

1.2. BOLSA-CONVÊNIO EMPRESA

Descrição

i. - Bolsas parciais para os alunos de municípios da região, variando de acordo com as distâncias e acordos firmados com cada Administração Municipal, devendo cada município, por meio de seu Departamento de Recursos Humanos ou comissões especialmente designadas, entrar em contato com o Departamento Financeiro da FIRB, conforme Tabela abaixo:

AUXÍLIO TRANSPORTE

Cidades	Desconto %	Cidades	Desconto %
Três Lagoas - MS	20%	Castilho	10%
Panorama	20%	Itapura	15%
Brasilândia - MS	20%	Pereira Barreto	15%
Dracena	20%	Suzanápolis	15%
Guaraçai	10%	Ilha Solteira	15%
Mirandópolis	15%	Nova Independência	10%
Lavínia	15%	Murutinga do Sul	10%
Valparaíso	20%	Tupi Paulista	15%
Bento de Abreu	20%	São João do Pau D'Alho	15%

1.4. BOLSA-CONVENÇÃO COLETIVA

1.4.1 – Descrição: Bolsa concedida a funcionários, professores e respectivos dependentes da FIRB em cursos de Graduação, condicionados aos critérios da convenção coletiva. Maiores informações podem ser obtidas na Divisão de Gestão de Pessoas (Áurea).

1.5. BOLSA-FIDELIDADE

1.5.1 – Descrição: Bolsa destinada a ex-alunos da FIRB.

1.6 BOLSA-MONITORIA

1.6.1 – Descrição: Destinada aos alunos dos cursos de graduação em Pedagogia, excepcionalmente outro curso, que queiram desenvolver atividades auxiliares à docência em cursos do Colégio Rui Barbosa, no ensino infantil e fundamental, obedecendo a regulamento específico do Colégio.

1.7. BOLSA-PARENTE

1.7.1 – Descrição: Bolsa concedida a alunos que tiverem parentes diretos (irmãos, pais, filhos, dependentes na forma da lei) matriculados na FIRB em seus cursos de Graduação, sendo válida apenas para o ingressante mais recente na instituição.

1.8. DESCONTO PONTUALIDADE

1.8.1 – Descrição: Para o ano letivo de 2016 os descontos serão de:

1.9 PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA

Convênio entre a SOCAN/FIRB e a Secretaria de Estado da Educação / SP, que concede ao aluno bolsa integral (50% do valor da mensalidade cabem à Secretaria da Educação e 50% complementados pela SOCAN/FIRB). Os universitários selecionados trabalham 16h semanais, sendo

aos sábados e domingos, em escolas designadas pela Secretaria da Educação. O processo de inscrição e seleção é de responsabilidade da Secretaria da Educação. Os cursos da FIRB inscritos no programa são:

Administração - 05 vagas; Ciências Contábeis 05 vagas; Pedagogia 05 vagas; Letras 10 vagas; Agrimensura 05 vagas; Engenharia Civil 01 vaga; Engenharia de Produção 01 vaga; Engenharia Elétrica 01 vaga e Engenharia Mecânica 01 vaga; as inscrições são realizadas pelo site: escoladafamilia.fde.sp.gov.br

Nas FIRB também são viabilizados outros tipos de acesso ao curso superior por meio de financiamentos e negociação de dívidas.

1. FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)

Descrição: O programa de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado pelo Governo Federal em 1999 para oferecer aos alunos mais uma opção de financiamento dos estudos, dando prioridade àqueles que têm situação econômica menos privilegiada. A FIRB é uma das instituições de ensino superior credenciada ao programa. Mais informações pelo site <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>, <http://www3.caixa.gov.br/fies>, pelo site da firb: www.firb.br, na Secretaria Geral das Faculdades ou procure o Banco do Brasil S/A.

2. IDEAL INVEST (PRAVALER)

Descrição: O PRAVALER financia os cursos em até o dobro do número de meses de duração do curso.

3. RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

Fica o Diretor Financeiro da mantenedora autorizado a negociar e parcelar dívidas, bem como excluir débitos de alunos desistentes, devidamente comprovados e que não tenham pedido trancamento de matrícula.

EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

Nesse eixo estão apresentados os resultados das análises realizadas pela CPA com relação a:

1. Políticas de Pessoal (Dimensão 5)
2. Organização e Gestão da Instituição (Dimensão 6)
3. Sustentabilidade Financeira (Dimensão 10)

Dimensão 5

Políticas de pessoal

A política de pessoal docente e do pessoal técnico-administrativo em educação das FIRB é estabelecida por regulamento específico que determina critérios e normas concernentes às atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas no âmbito das FIRB. A execução dessa política é de responsabilidade do Diretor Geral e do Setor de Recursos Humanos das FIRB a quem compete também a gestão dos recursos de pessoal das FIRB.

Dimensão 6

Organização e Gestão das Faculdades Integradas “Rui Barbosa”.

No Regimento Unificado das FIRB, em vigor desde 2008, a estrutura organizacional das FIRB compreende dois órgãos de deliberação superior: o Conselho Superior de Administração - CSA e o Conselho de Ensino, Pesquisa

e Extensão – CEPEX. A Diretoria Geral é composta pelo Diretor e pelo Vice Diretor.

As FIRB regem-se pela legislação federal pertinente, pelo seu Regimento Unificado, por resoluções de seus órgãos colegiados de deliberação superior, e por regimentos específicos, elaborados em consonância com os textos legais contidos em seu Regimento. A Administração Superior é responsabilidade dos Conselhos Superiores.

O Conselho Superior de Administração ; o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), como órgãos deliberativos, normativos e consultivos; a Diretoria Geral. Assim, as decisões nas FIRB são majoritariamente tomadas em seus órgãos colegiados, em que participam: docentes, técnico-administrativos e estudantes conforme previsto no regimento.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), é órgão técnico que supervisiona e delibera acerca da matéria de ensino, pesquisa e extensão.

Dimensão 10

Sustentabilidade financeira:

Significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior o processo orçamentário nas FIRB – exercício de 2016.

A mantenedora das FIRB que é a Sociedade Cultural de Andradina Ltda – SOCAN mantém em equilíbrio e em expansão todos os investimentos previstos no PDI de 2012 a 2016, viabilizando em 4 anos a sustentabilidade logística, física e financeira para oferta de mais quatro cursos a saber: Engenharia, Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica e ainda mais um Curso de Tecnologia em Agrimensura.

EIXO 5

INFRAESTRUTURA FÍSICA

Neste relatório a autoavaliação referente a infraestrutura física foi apresentada junto com os resultados do Eixo 1, em que são comparadas as avaliações externas durante as visitas in loco com finalidade de credenciamento ou credenciamento de cursos e as avaliações dos estudantes, no questionário do ENADE. Ressaltamos que em 2016, o Diretor Geral instituiu uma equipe de Professores para estudar e apresentar um projeto de ampliação e aperfeiçoamento da Acessibilidade e Inclusão nas FIRB. Tem como responsabilidade a proposição e coordenação de ações para apoio à pessoa com deficiência no âmbito das FIRB. A principal proposta é, por meio de ações efetivas, eliminar ou reduzir as barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação e de acesso à informação, assegurando as condições necessárias ao ingresso, permanência, participação e autonomia das pessoas com deficiência na instituição. Esse será um processo de construção permanente, objetivando o estabelecimento de uma rede efetivamente participativa entre os responsáveis pelo Projeto e os órgãos internos e externos às FIRB.

4. AÇÕES PREVISTAS COM BASE NA ANÁLISE DOS DADOS - QUAIS AS PROPOSTAS A CPA APRESENTA?

Este 2º Relatório Parcial da CPA contempla uma avaliação global das FIRB, por meio de um recorte de temas definidos e abrangentes,

considerados essenciais: ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade e inclusão social e gestão (recursos humanos, organização e sustentabilidade financeira). Constitui-se no primeiro relatório de uma série de três. É um momento de diagnóstico, em que a CPA em sua nova composição estabelece um ponto de partida para o seu trabalho nestes três anos. A CPA compreende que no contexto de uma Instituição, a apresentação de propostas deve ser submetida à comunidade acadêmica, pois as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento. O próximo passo deverá ser evidenciar no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e também na nova lei do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005, junho 2014). Para isso, é necessária a construção de indicadores de autoavaliação que permitam a comparação ao longo do tempo da evolução em cada uma das dimensões avaliadas. A CPA pretende nos próximos relatórios incluir também outras análises como a questão da evasão e retenção nos cursos de graduação, participar da proposta em andamento de revisão do questionário de avaliação discente, assim como buscar a participação efetiva dos estudantes na CPA e incluir propostas referentes a assuntos estudantis.

O presente Relatório Parcial da CPA ficou muito extenso e para o objetivo de divulgação junto à comunidade acadêmica e à sociedade, uma versão mais acessível será elaborada. A intenção é ampliar a participação da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação institucional.

A avaliação institucional tem recebido cada vez mais destaque no contexto da educação superior no Brasil pautado pela expansão da oferta e por políticas de inclusão, com vistas a assegurar sua qualidade. Aos poucos as

peessoas estão se apropriando melhor do significado da autoavaliação. Mas as FIRB precisam caminhar muito nessa compreensão, na sensibilização e na conscientização de que não se trata de notas ou rankings. É fundamental entender o que significam os resultados da avaliação e quais as necessidades de mudanças sinalizam, considerando as características acadêmicas específicas ligadas à missão das FIRB.

Proposta de Avaliação dos Cursos de Graduação.

O objetivo é sensibilizar, orientar e discutir a elaboração de um Relatório de Autoavaliação do Curso, a partir de um roteiro comum aos cursos das FIRB. A avaliação dos cursos será orientada pelo calendário do ENADE, Para cada ciclo, haverá uma atividade anual prevista.

Enquanto instrumento para avaliação do curso, os dados gerados, tanto no que se refere à prova quanto à opinião dos estudantes no ENADE, podem ser úteis para orientar as ações pedagógicas e administrativas, contribuindo para uma reflexão com vistas à melhoria da qualidade do ensino de graduação. Essa reflexão tem que ser interna ao curso, pois somente quem participa sabe dizer onde estão os problemas e como resolvê-los. E também externa, pois as soluções e propostas dependem do diálogo e do compartilhamento experiências entre os segmentos das FIRB.

Aproximar as diferentes partes envolvidas na avaliação e construir uma cultura permanente de autoavaliação, compartilhada com corresponsabilidade de todos e socializar resultados e realizar ao final de cada

ciclo avaliativo a metacognição e metavaliação fundamentadas nas diretrizes do MEC e do INEP, em todos os cursos das FIRB é o principal desafio a ser enfrentado pela CPA.

Quadro – Síntese das propostas da CPA

EIXO DE AVALIAÇÃO	TEMAS ESPECÍFICOS DA FIRB	PROPOSTAS 2015-2016
Eixo 1 Planejamento e Avaliação Institucional	Avaliação Externa e autoavaliação	Avaliação dos Cursos de Graduação
Eixo 2 Desenvolvimento Institucional	Políticas Transversais	Analisar a efetividade das ações relacionadas às políticas de inclusão
A Responsabilidade social das FIRB	Aumentar a articulação com empresas para campo de estágio dos graduandos de engenharia; Negociação direta com a Prefeitura dos campos de estágios obrigatórios necessários à formação das diferentes profissões na área de Administração e Ciências Contábeis e de oportunidades de inserção para graduandos de meio de percurso (inserção no serviço de estudantes em estágios iniciais e intermediários do curso) Fortalecer junto à Prefeitura e Secretarias de Educação Municipais para inserção dos alunos de Pedagogia em estágios curriculares; Melhor articulação entre cursos das FIRB	

	<p>para desenvolver atividades integradas e prática da interdisciplinaridade. Utilizar o campo de prática para inserção de estratégias de interdisciplinaridade e de transversalidade dos conteúdos curriculares que regem a formação.</p> <p>Desenvolver efetivamente Projetos como Práticas de aplicação dos conhecimentos teóricos.</p>
Eixo 3 Políticas Acadêmicas: Extensão	Construir indicadores para avaliação da Extensão
Pesquisa	Acompanhar a implementação das metas definidas no PDI.
Inovação no Ensino	<p>Elaborar artigos científicos a partir dos estudos desenvolvidos pela CPA e buscar publicação.</p> <p>Aperfeiçoar o apoio Psicopedagógico ao discente.</p>
Graduação	<p>Analisar as taxas de conclusão dos cursos de graduação e seus determinantes (evasão, transferência, etc). Analisar a evolução da relação entre número de alunos e número de professores nas FIRB, os diferentes métodos de cálculo e suas repercussões.</p>
Comunicação com a sociedade	<p>Acompanhar a implementação das metas definidas.</p> <p>Planejar a divulgação da avaliação institucional e dos cursos com vistas à criar uma “cultura” de avaliação nas</p>

	FIRB.
--	-------

<p>Eixo 4 Políticas de Gestão: Políticas de Pessoal, Organização e Sustentabilidade financeira</p>	<p>Acompanhar as metas propostas no PDI e planejamento estratégico da Gestão.</p>
<p>Eixo 5 Infraestrutura</p>	<p>Ampliar a pesquisa de opinião sobre a infraestrutura envolvendo docentes, alunos e pessoal técnico administrativo. Avaliar as ações do para atender a legislação pertinente quanto a Acessibilidade e Inclusão das FIRB.</p>

A Divulgação dos resultados da Avaliação Institucional é divulgada junto à comunidade acadêmica interna por meio de Seminário ao final do ano letivo envolvendo professores, alunos e funcionários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CPA considera que houve um avanço significativo no processo de autoavaliação a partir da sua reestruturação e ampliação. Este relatório traz novos elementos, antes não avaliados, e significa um diagnóstico que direcionará as ações futuras da autoavaliação nas FIRB. Espera-se que os resultados apresentados se configurem como um instrumento para as ações de replanejamento e elaboração do novo PDI para o período de 2017 a 2021 no sentido desejado pelas FIRB que se quer contextualizada no amanhã que citamos, ao finalizar: Uma FIRB contextualizada no amanhã se faz com respeito às gerações que nos antecederam, com a coragem da mudança do tempo presente e com a obrigação indispensável para com o amanhã. Pensar nesta Escola requer que estejamos atentos a esse encontro entre tempos e gerações, que sejamos capazes de agir com ousadia e que assumamos o inequívoco compromisso de intervir no aqui e agora. As propostas de uma FIRB contextualizada no amanhã, devidamente inserida no seu tempo e espaço, devem conduzir a uma reflexão da Graduação como um projeto prioritário, ressaltando a busca inequívoca pela excelência e pela qualidade, respaldada pelo relevante compromisso institucional com a inclusão e atenta às demandas da sociedade na qual se insere.

Finalmente, espera-se contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento da avaliação e da gestão institucionais preocupadas com a formação de profissionais competentes tecnicamente e, ao mesmo tempo,

éticos, críticos, sempre aprendentes, pensantes, atuantes responsáveis socialmente e participantes das mudanças por um mundo melhor.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil (2004). Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Publicação do MEC/INEP/ CONAES, 2004.

Lei nº 10.172, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. _____ (2007).

_____ (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências Lei nº 13.005. CONGRESSO, N. Brasília: DOU 2014.

ANDRADE, C. Y. et al. Programa de Formação Interdisciplinar Superior: um novo caminho para a educação superior. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p. 698-719, 2012. ISSN 2176-6681.

BARBOSA, M. L. O. O projeto: balanço e perspectivas. In: BARBOSA, M. L. O. (Ed.). **Ensino superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p.11-16. (Sociologia e Antropologia). ISBN 978-85-421-0177-5.

CASTRO, M. H. D. M. Universidade: a quantas anda nossa excelência e relevância? In: BARBOSA, M. L. O. (Ed.). **Ensino superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p.71-102. (Sociologia e antropologia). ISBN 978-85-421-0177-5.

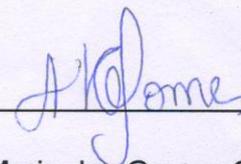
FARIA, C. A. P. D. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-110, 2005. ISSN 0102-6909.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)/Ministério da Educação (MEC). Orientações gerais para o roteiro de autoavaliação das instituições. Brasília, DF: Inep/MEC, 2004

NEVES, C. E. B.; ANHAIA, B. C. D. Políticas de inclusão social no ensino superior no Brasil. In: BARBOSA, M. L. O. (Ed.). **Ensino superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p.371-402. ISBN 978-85-421-0177-5.

RISTOFF, D. Os desafios da educação superior na Ibero- América: inovação, inclusão e qualidade. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas, v. 18, n.03,p.519-545.2013. ISSN 1414-4077

_____. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação: Revista da avaliação da educação superior (Campinas), v. 19,n 03, p. 723-747, 2014. ISSN 1414-4077.

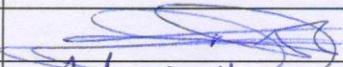
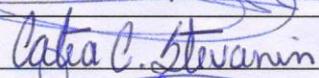
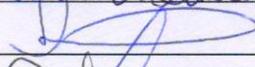
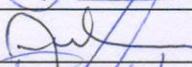
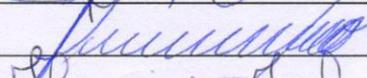
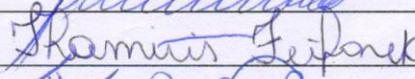
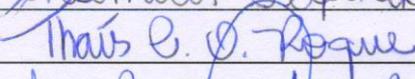
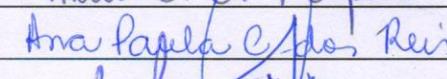
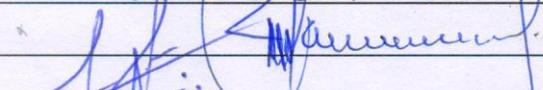
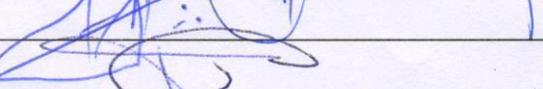


Maria das Graças Gomes

Coordenadora da CPA

Andradina, 30 de março de 2017

Membros da CPA que participaram ativamente das atividades de Autoavaliação Institucional em 2016

Nome	Função	Assinatura
MSc.Daniel Abraão Pando	Técnico Administrativo	
Catea Cilene Stevanin	Técnico Administrativo	
Rosemeire Rosa	Técnico Administrativo	
Doutor Aparecido Wilson Rodrigues	Docente	
MSc Carlos Eduardo Silva Britto	Docente	
MSc Antonio Ricardo Chiquito	Docente	
Tamiris Feifarek	Discente	
Thaís Roque	Discente	
Ana Paula Carvalho dos Reis	Discente	
Maurício de Oliveira Carneiro	OAB	
Marcelo Augusto Mosconi	CREA	
Juliano Silva Oliveira	Jornalistas	